

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

DIRETORIA DA APEOESP REÚNE-SE COM S.E.E.

Na tarde de sexta-feira, 02, a diretoria da APEOESP reuniu-se com o Secretário da Educação para tratar de assuntos de interesse da categoria.

Mais uma vez, o Secretário não apresentou qualquer proposta de reajuste aos professores. Ele afirma que a posição do governo não é de reajuste zero, mas nada foi oferecido. A APEOESP apresentou um estudo demonstrando que no orçamento de 2017 o governo poderá remanejar créditos suplementares para dar reajuste salarial. O Secretário ouviu o argumento e sua equipe se comprometeu a levar os números à Secretaria da Fazenda. A APEOESP também cobrou a instituição do Grupo de Trabalho paritário que deverá, entre outros assuntos, discutir a aplicação a Meta 17 do PEE, a redução de alunos por sala de aula e a implantação urgente da jornada da Lei do Piso.

O debate em torno da questão salarial com a SEE mostrou o acerto das decisões do XXV Congresso Estadual da APEOESP, realizado em Serra Negra na semana passada, expressas no Manifesto anexo, que anuncia nossa intenção de organizar a greve do magistério no início do ano letivo. Não é possível continuarmos sem reajuste: o último foi em julho de 2014. O índice necessário para repor as perdas deste período é de 20,83%.

Por isso, a eleição de Representantes de Escola e de Aposentados que será realizada no início do ano ganha ainda mais importância, assim como as primeiras reuniões de Representantes e do Conselho Estadual (CER), que agendará a assembléia que poderá decretar a greve, se esta for a vontade da base da categoria.

Atribuição de aulas

A APEOESP questionou a SEE sobre definições para a atribuição de aulas de 2017. Contudo, a Secretaria informou que ainda não há decisão sobre datas e procedimentos, pois não está decidido o calendário escolar. Informou ainda que não deverá haver muitas alterações na resolução de atribuição de aulas. A APEOESP cobrou que seja assegurado o direito

de escolha dos professores e que não haja imposição dos diretores, como vem ocorrendo. Em 2014 o direito de escolha foi garantido judicialmente no início da atribuição, tendo sido um dos mais tranquilos processos. A APEOESP solicitou nova reunião para discussão da minuta de resolução e outras definições do processo de atribuição.

Concursos públicos

Em relação ao concurso de PEB II, a SEE informou que o governador autorizou a chamada de 20.900 concursados. Porém, em função do processo de remoção, só há 16 mil cargos no momento. Está prevista uma nova chamada para março ou abril.

De acordo com a SEE não há cargos disponíveis para chamada de professores de Espanhol e não houve autorização do governador para chamada de PEB I.

Dispensa de ponto para professores da categoria O para Conferência e Congresso

A SEE solicitou que todos os casos de negativa de dispensa de ponto de professores da categoria O para participação na VI Conferência e no XXV Congresso da APEOESP devem ser comunicados por intermédio da diretoria do sindicato. Assim, todos os casos devem ser informados para presiden@apeoesp.org.br.

Os casos de negativa para trânsito dos delegados também devem ser informados no e-mail presiden@apeoesp.org.br.

Pagamento de 1/3 de férias para professores que repuseram aulas

Todos os casos de professores que repuseram faltas da greve ou de períodos de ocupação de escolas que não receberam 1/3 de férias devem ser também comunicados para o email da Presidência, assim como todos os casos de professores que ainda não conseguiram repor as faltas da greve, para providências junto à SEE.

Manifesto da APEOESP em defesa da democracia, dos direitos dos/as professores/as e da classe trabalhadora e **CONTRA O GOLPE.**

As conquistas da classe trabalhadora e do povo brasileiro ao longo da história são resultado de lutas, greve e mobilizações.

O golpe promovido pelas elites, utilizando a mídia empresarial, a maioria do Congresso Nacional e setores da polícia, do Ministério Público e do judiciário, levou ao Palácio do Planalto um Governo ilegítimo, cujas medidas atingem o conjunto da classe trabalhadora e, diretamente, os servidores públicos, em todos os níveis.

Hoje, com o governo golpista, os retrocessos se desenvolvem de forma rápida e violenta a partir do Governo Federal, por meio de medidas como a PEC 55; o PLP 257; a reforma da previdência que está sendo gestada nos gabinetes palacianos; a reforma trabalhista que atende os interesses dos empresários e banqueiros; o fim da destinação dos recursos do pré-sal para a educação e a saúde; os ataques aos direitos democráticos; e outras imposições que fazem retroceder todas as conquistas da classe trabalhadora e da população brasileira.

Temer quer congelar o Brasil

Com a PEC 55, o governo Temer congela os investimentos públicos por 20 anos, estendendo esta medida também aos estados e municípios, o que significa na prática a eliminação de qualquer possibilidade de combate à fome e à miséria, de manutenção dos programas sociais, no financiamento do Sistema Único de Saúde e grandes retrocessos na educação pública, que já se configuram na redução do financiamento estudantil, no fim do programa de expansão das universidades federais e escolas técnicas, na ameaça concreta de extinção do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) dos professores, bem como a reforma do ensino médio contida na MP 746.

O congelamento dos investimentos públicos e o fim do regime de partilha na exploração do petróleo, que abriu o setor para as petrolíferas multinacionais e cancelou a destinação de 75% destes recursos para a educação e 25% para a saúde, na prática tornam letra morta o Plano Nacional de Educação (PNE), cujas metas e estratégias para dez anos exigem o aumento da destinação de verbas para garantir a universalização do atendimento, a qualidade do ensino e a valorização dos profissionais da educação.

Não vamos permitir isto. Lutaremos para que a PEC 55 não seja aprovada. Se aprovada, a ela não nos submetermos e lutaremos contra cada um de seus efeitos, nos locais de trabalho, nas ruas, nas cidades, nas regiões, em todos os espaços, por meio de greves, manifestações, atos e todas as formas possíveis.

O governo atual é ilegítimo, ilegal, não foi eleito e, portanto, responderemos a ele com posturas, atitudes e ações que correspondam à sua natureza golpista e antipopular.

Entendemos que para barrar toda a ofensiva atual é preciso derrotar o golpe, por meio da luta de todos os trabalhadores da greve geral.

Em São Paulo, vinte anos de retrocessos

No Estado de São Paulo, vimos sofrendo já há vinte anos ininterruptos as consequências da concepção neoliberal de Estado mínimo, que promove o enxugamento da máquina pública, o desmonte e a privatização dos serviços públicos – educação, saúde, moradia, transporte etc -, arrocho salarial e desvalorização do funcionalismo público municipal e estadual. O método do governo do PSDB é o autoritarismo e a ausência de diálogo com as entidades representativas dos servidores e com os movimentos sociais.

Se, por exemplo, o PLP 257 proíbe reajustes salariais, concursos de contratações no serviço público, nós, professores e professoras da rede estadual de ensino do estado de São Paulo, estamos sem reajuste salarial desde agosto de 2014. Nossas perdas acumuladas desde então já exigem uma reposição de 20,83%. Faltam professores nas escolas e, no entanto, o governo não contrata profissionais em número suficiente. Recentemente houve a tentativa de realizar aqui uma reforma do ensino médio de teor semelhante àquela que o governo federal pretende com a MP 746, no sentido de adequar o currículo escolar à redução do número de professores, para reduzir custos.

Estamos em luta contra a MP 746 e, no estado de São Paulo, repudiamos a iniciativa do deputado estadual

Rodrigo de Moraes (DEM), que pretende regulamentar a concessão de “notório saber” a profissionais não habilitados para o magistério de acordo com a LDB, aplicando a MP 746 e atacando frontalmente a profissão docente.

Nas escolas, faltam materiais e as condições de trabalho não permitem que desenvolvamos um trabalho pedagógico de qualidade. Escolas e classes são fechadas pelo Governo Estadual, causando superlotação nas salas de aula, desemprego na categoria, queda na qualidade do ensino e, acima de tudo, afastando os estudantes trabalhadores das escolas.

Durante todos esses anos não nos calamos. Ao contrário, os professores e as professoras da rede estadual de ensino mobilizam-se permanentemente para defender seus direitos profissionais, suas condições de trabalho e, sobretudo, a qualidade da educação pública no estado de São Paulo. Sucessivas greves, atos, caminhadas, manifestações, ações judiciais e atividades envolvendo também estudantes, pais, movimento sindical, movimentos sociais e outros setores da sociedade civil organizada são o testemunho de que nunca nos dobramos, nem aceitamos de forma passiva políticas de desmonte da escola pública e não o faremos neste momento.

É hora de unificar os professores, os estudantes, movimentos sociais e toda a comunidade na luta, como em 2015.

Sem atendimento das reivindicações, vamos à greve

Assim, reunidos no XXV Congresso Estadual da APEOESP, na cidade de Serra Negra, manifestamos nossa disposição de continuar lutando contra esta situação. Por meio deste manifesto, declaramos que se as negociações com o Governo de São Paulo não avançarem no sentido do atendimento de nossas reivindicações salariais, profissionais e educacionais, poderemos ir à greve. Para tanto, nosso XXV Congresso Estadual aprova o seguinte calendário:

- 29 de novembro de 2016: participaremos das atividades do Dia Nacional de Luta convocado pelas centrais sindicais e enviando caravanas a Brasília.
- Janeiro: iremos ao Congresso da CNTE defender a perspectiva da greve nacional da categoria e a greve geral.
- Fevereiro: eleição dos representantes de escolas e representantes de aposentados em todas as escolas e regiões do estado de São Paulo
- Fevereiro: reuniões de representantes de escolas e de aposentados no âmbito das subseções para discussão da greve.
- Fevereiro: reunião do Conselho Estadual de Representantes para debater a greve à luz dos indicativos da reuniões de representantes. Esta reunião do CER definirá a data da assembleia da categoria que deliberará sobre a greve.

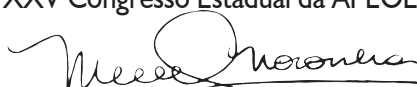
A greve é a nossa defesa!

Considerando a extensão e profundidade dos ataques contra o conjunto dos trabalhadores brasileiros, os servidores públicos, os professores e a educação pública, conclamamos a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) à preparação da greve nacional dos trabalhadores em educação, no primeiro semestre, com um pauta clara e definida em torno da defesa de nossos direitos e reivindicações.

Conclamamos a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em conjunto com todas as demais centrais – Central das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Brasileiros, Intersindical, Central Sindical e Popular/Consultas – e organizações sindicais e movimento sociais que se opõem ao governo ilegítimo de Michel Temer a organizar a greve geral de toda a classe trabalhadora brasileira, para derrotar as políticas que vêm sendo implementadas, para que mais uma vez não sejam as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros os únicos a pagarem a conta de uma crise financeira pela qual não são responsáveis.

Por fim, não aceitaremos que nenhuma central negocie a retirada de direitos históricos da classe trabalhadora.

Serra Negra, 25 de novembro de 2016.
XXV Congresso Estadual da APEOESP



Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP